

CLIENTELISMO: UM DEBATE CONCEITUAL

**Aluno: Sara Ester Dias Zarucki-
Orientador: Paulo d'Avila Filho**

Apresentação

Quando se deu início a pesquisa sobre a câmara municipal do Rio de Janeiro, sua primeira parte foi voltada para a análise dos sítios dos vereadores na Internet. Theófilo Machado Rodrigues, apresentou esse trabalho, no último seminário de iniciação científica em 2006 na PUC - Rio.

Neste trabalho foram apresentadas e classificadas as distintas formas nas quais os vereadores se apresentam e se dirigem aos seus eleitores. Essa classificação foi bastante importante para compreender esta relação existente entre vereador e eleitor, bastante complexa, mas que permite identificar suas redes de contatos.

A fim de compreender melhor essa rede de contatos, que no final, se torna um dos mecanismos mais importantes e destacados no processo eleitoral realizei um trabalho mais teórico e ao longo do estudo, de duração de um ano, foi possível perceber que a dificuldade em tratar determinados conceitos é, em parte, proveniente do fato de que são frequentemente confundidos e que se relacionam a essas redes de contato, na relação entre o vereador e o eleitor. Essa desordem está presente entre as definições de alguns conceitos clássicos como o de coronelismo, mandonismo, patrimonialismo e clientelismo que são confundidos inclusive na bibliografia existente sobre esses temas na área de ciências sociais.

A rede de contatos se torna algo mais complexo e aprimorado a partir de suas abordagens, e suas perspectivas ao longo dos períodos, como podemos encontrar no relatório, necessitando assim de um aprofundamento mais crítico e bastante necessário para uma melhor compreensão da Câmara Municipal e seus processos, principalmente no século XXI.

Metodologia

A pesquisa foi bastante teórica, e baseada em fichamentos de textos e de livros, de pesquisadores que abordam o tema. Irei apresentar os conceitos de mandonismo, coronelismo, patrimonialismo e clientelismo. Esse último será o mais focado na pesquisa. O conceito de clientelismo será abordado sob diversas perspectivas, desde uma abordagem mais conservadora até uma abordagem mais abrangente, dialogando assim, com a democracia.

O aprofundamento teórico, a respeito do tema foi dedicado aos textos de José Murilo de Carvalho [1], Victor Nunes Leal [2], Edson Nunes [3], Eli Diniz [4], Luiz Henrique Bahia [5] e Paulo d'Avila [6].

Objetivo

O objetivo do mergulho teórico foi realizar uma análise mais profunda das diferentes perspectivas de abordagem do conceito de clientelismo, considerado pela pesquisa como um sistema de troca política assimétrica, a fim de distingui-lo de formas correlatas, mas não idênticas de troca política. Mergulho esse necessário para compreender a Câmara Municipal do Rio de Janeiro no século XXI.

Introdução

- A discussão conceitual de José Murilo de Carvalho e a análise de Victor Nunes Leal:

Início a apresentação teórica do relatório, mostrando como que José Murilo de Carvalho [1] em seu texto , inicia a problemática dos conceitos e teorias , presentes nas relações entre o poder local e nacional. Debate necessário, e presente no cenário atual.

José Murilo de Carvalho [1], apresenta inicialmente o conceito de coronelismo, abordado por Victor Nunes Leal [2]:

“O que procurei examinar foi sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município. (Leal, 1980,p.13)”

Assim, podemos perceber o coronelismo como um sistema político e uma rede se trocas , presentes tanto em âmbito municipal quanto federal. Notamos, com isso, que essa estrutura presente no coronelismo, é sem dúvidas um sistema de redes, presente na nossa história e que não existe mais. Essa relação entre os coronéis e o presidente, marcou uma período histórico que vai até 1930, segundo o autor.

É notável, perceber, que o fenômeno do coronelismo, veio com a decadência econômica dos fazendeiros, e assim, sua decadência política. O coronelismo veio como uma tentativa de restabelecer esses laços e permitir um processo de relacionamentos entre os fazendeiros e o governo. O livro de Victor Nunes Leal [2] amplia o debate, apresentando essa mudança que ocorre entre o poder político -> poder econômico.

Compreender a forma como que o Coronel não pode ser visto de maneira negativa, é essencial para sua primeira análise mais profunda pois é ele quem realiza as melhoras necessárias no local. O coronelismo surge como um *defensor natural* de um homem sem direitos.

A saída do homem rural para o meio urbano, mostra algumas mudanças no campo político pois, as necessidades somente se mascaram, elas se “adaptam” ao modelo urbano.

No primeiro capítulo, o Victor Nunes Leal [2] apresenta a maneira como que o poder de líder do coronel se consolida e assim, permitindo sua permanência ou não em seu local de raiz política somente para fins eleitorais.

No meio rural, surge a imagem do homem que “luta com o coronel e para o coronel” se observa que neste ciclo, aparece a imagem do rural que pensa que o coronel é um homem “rico”, pois, ao ter alguns benefícios a mais como água encanada e rádio, esse coronel se torna um alguém diferente da maioria. Esse ponto é bastante importante quando passamos a compreender todo o poder político que o coronel adquire e se consolida, principalmente com a realização do “voto de cabresto”.

Dentre as causas citadas pelo autor, chamo a atenção da concentração fundiária, pois mesmo que a presença de uma grande quantidade de pequenas propriedades e médias, que ao longo dos anos, foram sendo divididas pelo sistema de herança, esses pequenos não conseguem negociar com os grandes distribuidores, fazendo com que os grandes proprietários sejam os grandes negociadores nesse processo.

Quase 90% da população que trabalha no campo e a população que possui as pequenas propriedades, possuem algum grau de dependência para com o coronel, permitindo assim, a sua perpetuação no poder, principalmente pelo voto de cabresto.

Há todo um sistema, na prática do voto de cabresto, o autor salienta que o coronel, fornece no dia de eleição, transporte e alimentos para as pessoas se deslocarem para o local do voto. Esse fenômeno também, ocorre quando a necessidade é de Títulos de Eleitores. Alguns incentivam e auxiliam as pessoas a terem o seu título de eleitor ou a realizar sua transferência. Isso acontece em locais onde o predomínio são de migrantes.

O dever de alcançar a vitória por parte do coronel, permite que ele tenha diversas relações inclusive dentro do partido. O apoio tem que ser em todos os níveis, tanto estadual

quanto federal. E se o partido da oposição ganhar, a migração para o partido da situação é realizado.

O coronelismo é um sistema de reciprocidade, permitindo entre os casos, a prática do nepotismo. Nesse sistema que relaciona o público e o privado, existe toda uma necessidade de se oferecer benefícios para a comunidade, como escolas. Esses acordos são realizados inclusive para as despesas eleitorais, com dinheiro e serviços.

O autor salienta que percebendo essa dinâmica exposta, pode agora ver a falta de autonomia municipal. A falta de *autonomia legal*, pois o município depende dos encargos federais e a falta de *autonomia extralegal*, a chamada “carta branca”.

Os candidatos municipais não são de uma seleção espontânea, eles são candidatos, ligados a uma rede bastante complexa de interesses e escolhas pré estabelecidas. O sacrifício da autonomia municipal, para favorecer certo grupo que está no poder.

Ao final, o autor realiza suas considerações finais, ressaltando que uma das razões para a manutenção do fenômeno do coronelismo é o seu isolamento e distância, permitindo assim, sua perpetuação até 1930.

Ele define coronelismo como a incursão do poder privado no domínio público. Coronelismo é a decadência do poder privado, e a sua tentativa de manutenção através do poder público.

Vitor Nunes Leal finaliza o debate questionando, qual seria a fraqueza do poder público para estabelecer o compromisso coronelista. Com isso ele completa, salientando a importância do voto e do regime federativo, que auxilia no combate a essa prática.

O mandonismo se tornaria então um sistema similar mas, não idêntico ao do coronelismo. Nota-se que o mandonismo é caracterizado, segundo José Murilo de Carvalho [1] por:

“O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional.”

Nesse sentido, conseguimos compreender o conceito de mandonismo e assim, notar suas diferenças e semelhanças com o conceito de coronelismo. De diferente, notamos que o mandonismo, não é um sistema, como o coronelismo, pois ele não envolve uma rede. Mas, ambos, possuem como característica esse domínio político sobre a população.

O conceito de patrimonialismo se encaixa, de forma a iniciar o debate sobre *público e privado*. A concepção de patrimonialismo e sua ligação com a guarda nacional, será o ponto destacado por José Murilo de Carvalho pois, ele nota sua importância ao se tornar o grande mecanismo patrimonial de cooptação dos proprietários rurais, pois um serviço que deveria ser público, como a Guarda Nacional, aos poucos, vai se tornando cada vez mais interessado em benefícios privados, principalmente do poder local. Pois, foi ela quem relacionou os proprietários rurais ao governo, pois depois de certo momento ela foi utilizada como o grande mecanismo patrimonial de cooptação dos proprietários rurais.

Tendo em vista esse processo de crescimento do patrimonialismo, algumas atitudes foram tomadas e assim seu recuo se iniciou. O ponto de destaque é analisar que o coronelismo surgiu nesse momento, com o recuo do patrimonialismo e o avanço da “burocracia”.

O clientelismo, completa esse início de debate, se apresentando como um dos mais elásticos e amplos conceitos. De uma maneira geral, segundo José Murilo de Carvalho (1) ele pode ser considerado como:

“Um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político sobretudo na forma de voto”.

Nota-se a amplitude dos conceitos e principalmente o do clientelismo, logo, nota-se que o coronelismo, não pode ser confundido com o clientelismo, pois ele já foi encerrado no século passado, e foi característico de um momento específico da história do Brasil. O clientelismo é mutável, pois envolve trocas e redes que ultrapassaram as barreiras históricas, podendo ser encontrado nos dias atuais. Com isso, vemos a grande necessidade de se aprofundar mais no debate acerca do clientelismo e assim, observar seu processo até hoje.

O Clientelismo e sua elasticidade interpretativa

Tendo em vista a apresentação já iniciada anteriormente, inicio o debate acerca do clientelismo, com Edson Nunes [3], introduzo Eli Diniz [4] e Luís Henrique Bahia [5] e finalizo com Paulo d'Avila [6] e suas perspectivas de análise.

Em Edson Nunes [3], encontramos uma abordagem muito interessante, pois o autor explora o que ele chama de “gramáticas” sendo então, as relações entre o Estado e a sociedade.

Para ele existem quatro principais gramáticas brasileiras, encontramos o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos.

O ponto chave são as diferenças entre as instituições formais, características do capitalismo modernas e as periféricas ou semi industrializadas como no caso o Brasil.

Com base nessa distinção a separação é iniciada, quando se realiza o contraste entre o *clientelismo (troca generalizada)* e o *universalismo de procedimentos (troca específica)*, esta última presente exclusivamente em um Estado impessoal e impessoalista.

Ao longo do texto, o autor demonstra as características básicas do capitalismo moderno. Dentre elas, chamo a atenção para o universalismo de procedimentos que significa as “normas” utilizadas por todos os indivíduos da *pólis* ou a eles aplicadas.

Outra característica é a relação baseada no individualismo e no impersonalismo.

Essas são as características básicas das sociedades capitalistas industriais.

No capitalismo periférico, ele cita o Brasil e diz que mesmo possuindo as características capitalistas básicas, como o sistema de propriedade privada e o controle dos meios de produção, ele também se caracteriza pela presença de um capitalismo histórico de periferia. “Cada país com a sua história”, para o autor essas características não são vistas como um desenvolvimento linear, evolucionista, mas, sim, um sistema específico de cada sociedade.

Em outro ponto o autor trabalha com a concepção de trocas generalizadas e específicas. Ponto esse essencial para compreender a tese do autor, pois a troca específica estaria ligada ao capitalismo moderno, pois o processo de trocas e ou aquisição não inclui relações expectativa de relações pessoais futuras, a troca é realizadas de modo específico e de maneira impessoalista.

As trocas generalizadas também existem no capitalismo moderno, mas, são bem distintas, pois, elas são caracterizadas por relações não capitalistas.

As associações e os partidos políticos são alguns exemplos, pois envolve basicamente a relação *patron-cliente*. Edson Nunes apresenta o clientelismo como :

“O clientelismo é mais do que uma simples característica, é todo um sistema de redes que ocupam o lugar que o Estado não ocupa e que não tem presença. Ele diz que aqui no Brasil, veio toda uma lógica completamente particular que combina elementos e traços de sistema capitalista e não capitalista.”

O clientelismo no Brasil está ligado a redes personalistas que envolvem inúmeros privilégios através do aparelho do Estado. As instituições foram impregnadas pelo “*jeitinho brasileiro*”.

Podemos perceber nessa análise do autor, que sua abordagem nos leva a pensar em uma perspectiva entre o atraso e o moderno, ele verifica, como que o clientelismo, no caso do Brasil, está ligado a concepção de atraso, periférico.

Essa abordagem do autor é bastante audaciosa, pois garante até a existência de um sistema não capitalista.

Uma outra perspectiva, encontrada em Eli Diniz [4] compreende o clientelismo como um sistema que vem se estruturando, e se aprimorando, não sendo mais, só um simples sistema, mas, sim uma máquina política que se torna cada vez mais complexa.

Tendo em vista a máquina chaguista, Eli Diniz nos apresenta suas perspectivas e seus desdobramentos aliados aos conceitos da máquina política e como que aliado às práticas clientelísticas, ela se configura. A pesquisa da autora foi realizada entre 1979 e 1981, durante o sistema bi partidarista Arena/MDB.

O grande êxito do MDB, no Rio de Janeiro e o peso da sua legenda no direcionamento, do voto, foram os pontos trabalhados pela autora.

O conceito de máquina política, foi trabalhado inicialmente pela escola de Chicago que ao buscar um aprofundamento nos estudos sobre política local, percebeu a utilização da máquina como uma prática ligada ao “suborno” e “corrupção”.

Esse olhar negativo se contrapõe a outras correntes que observam essa prática de uma forma neutra, pois ela seria o resultado de uma sociedade relativamente dispersa e fragmentada. Para Eli Diniz [4]:

O clientelismo seria uma característica da máquina política, pois, ele permite que dentro da máquina, a realização de uma rede de contatos, auxiliando assim, relações de diversos tipos.

Há algumas formas de clientelismo, como o de categorias e partidário. Logo, podemos perceber que a tendência é a da especialização, pois os interesses vão se tornando cada vez mais fragmentados e não conflitantes. Tendência essa nos grandes centros urbanos, e com a diversidade social.

Com o controle dos recursos estratégicos, a máquina acaba por produzir, um papel de mediador político, pois seria realizada uma ponte entre as necessidades e as demandas das clientelas. Logo nessas relações há uma desigualdade e assimetria de poder.

Concluimos que a máquina política não pode ser vista sempre com muito sucesso, pois, a competição no mercado político existe, ajudando a aprimorar os laços clientelistas.

A fim de realizar uma outra perspectiva, apresento Luís Henrique Bahia [5] onde ao abordar de uma forma mais contemporânea, realizando inclusive uma abordagem histórica, o autor trabalha com o objetivo de compreender as questões teóricas, pois, para ele o clientelismo é um tipo singular de relações de troca assimétricas.

Ele ressalta o fato dessas trocas não possuírem uma conotação monetária imediatamente visível e sem a aparência mercantil.

Porém o caráter hierárquico não pode ser desprezado, onde o *patronus* é o dominante em relação ao cliente. Relação essa que se encontra e está presente em grandes corporações capitalistas, partidos políticos e nas burocracias de qualquer tipo.

O clientelismo se manifesta nos locais onde há uma relação de poder concorrendo em espaços onde a lei não é regida. A questão da “boa ética” é levantada no texto, quando o autor está relacionando essas trocas a benefícios públicos ou bens e recursos.

O clientelismo na História:

Ao fazer uma abordagem mais histórica ele observa que na Grécia antiga e em Roma, o modelo já podia ser percebido. Em Roma, por exemplo, as características do modelo clientelista utilizado atualmente já podia ser notado. A relação baseada na influência, no mando e na dependência recíproca, mas assimétrica.

Com essa pequena passagem histórica, se questiona se a nossa sociedade ainda estaria por se modernizar completamente e se o padrão clientelista estaria por terminar ou se perpetuar.

Ele afirma que o padrão clientelista é constante e atuou também, durante a experiência do “socialismo real”. A sociedade de mercado absorve o clientelismo, onde se ajusta a prática dos acessos privilegiados e a exclusão dos valores sociais.

Direitos e proteção permutados por serviços ou pagamentos tributários. Serviços e vantagens estão presentes no sistema patrimonial de dominação, onde há toda uma política do poder inclusa.

Outros autores e suas perspectivas:

Weber estuda o fenômeno clientelista nas cidades da Antiguidade e percebeu que os clientes eram: “era gente modesta... entravam em uma relação de proteção... situação hereditária”. Segundo o autor, o cliente consegue se modificar ao longo da história, mas, em todos os processos se estabelece um vínculo de proteção e permuta.

Ele cita Hans Rosenberg, onde percebeu a presença do clientelismo no sistema feudal; a prática na Itália, que é descrita sob o nome de patrocínio. Quando Rosenberg analisa principalmente o modelo francês, percebe que o fenômeno clientelista - patrimonialista faz parte da história dos estados nacionais. Na Alemanha o favoritismo e nepotismo fizeram parte da sua tradição político administrativa.

Essa pequena apresentação histórica mostrou como que as relações clientelísticas atravessaram os séculos e permaneceram até hoje como mecanismo de troca e de reciprocidade de natureza assimétrica.

O autor pretende assim, realizar uma nova leitura sobre o assunto e trabalhar mais com a idéia da perspectiva da teoria da troca e da teoria dos jogos e assim, podem compreender o fenômeno não como algo predominante e marcada pelo “subdesenvolvimento política” e sim compreender as características essenciais e permanentes nessa relação.

Ao encontrar uma análise antropológica sobre o tema, Eric Wolf é citado e apresenta seu trabalho sobre o tema, onde segundo Wolf as sociedades complexas teriam uma zona de concentração do poder soberano (centros-chave de controle) e zonas “em branco”.

O principal foco são as estruturas do parentesco, amizade e a relação Patrão /cliente. E o século XX representa uma nova forma de fechamento social, um momento das organizações burocráticas as famosas, “panelinhas”, ou grupos informais. Para ele, nas trocas entre o patronus e cliente não há uma troca de bens e serviços e sim, um grande senso de lealdade, pois o cliente tem o compromisso de demonstrar essa lealdade, pois há toda uma relação onde o patronus oferece sua influência e as habilidades de conquistar esse apoio.

É interessante perceber a diferença que há entre a abordagem antropológica e a da ciência política. Para a primeira, existe um tipo de relacionamento social, uma relação duradoura, um fenômeno mais histórico. Segundo a ciência política a patronagem é uma característica do governo, uma organização formal que se expressa mais claramente nas campanhas eleitorais, logo, mais ligadas às questões contemporâneas. Segundo Weingrond a necessidade de novos mediadores surge nas lacunas em que o Estado pouco regulamenta. O clientelismo dentro dos partidos surge em certo tipo de Estado. Esta associação entre partidos e o governo cria novas possibilidades para o clientelismo, permitindo que os partidos a utilizem para fins eleitorais. A chamada “política do desenvolvimento” é a causa da expansão da patronagem através dos partidos.

O “homem de influência” vai quase substituir a relação clássica entre Patronus/cliente, pois com a expansão econômica e nas mudanças principalmente do Estado, provoca a mudança para a “sociedade de massa”.

Ele finaliza dizendo que deve se perceber o clientelismo praticado dentro dos partidos, pois esse sim, oferece obstáculos para o desenvolvimento.

Um outro estudioso do tema, Kaufman, examina como que o clientelismo possui um caráter estrutural. A diferenciação do sistema clientelista se dá, pois nela há a autoridade que

possui a capacidade de controlar os recursos materiais escassos e na capacidade de trocas com os seus seguidores. Outra diferença é o fato de ser personalista (sem contrato legal) e cada um dos membros possui seus interesses.

Ionescu realiza uma observação bastante interessante, pois ele explica a rivalidade entre os aparatos, como os partidos, a polícia política, os sindicatos e como que devido a rivalidade, trabalham em busca de sua própria clientela e assim, buscando sempre, obter o controle político supremo e assim, realizando diversas trocas de promessas entre os grupos e candidatos.

Nas sociedades comunistas o centralismo que prevalece nesses sistemas, com a fragmentação do poder em unidades menores, como motivação nacional ou étnica, poderá aumentar o processo de dependência seletiva com base na patronagem. É bastante importante perceber como que fenômeno transcende a problemática da propriedade, ao perceber que mesmo onde a propriedade privada foi abolida o fenômeno continua presente, pois, o clientelismo tem sua natureza intrínseca à política e a escassez.

Para Legg, outro autor que trabalhou com o tema, deve se primeiramente analisar o caráter estrutural do conceito, pois, ele vê que o relacionamento deverá ser sempre assimétrico mas, o princípio da reciprocidade deve ser questionado, como também a noção de afetividade.

Pois, há recursos como a propriedade, que têm características finitas e outros recursos que são bem menos limitados. Na esfera política, os recursos podem ser divididos nas seguintes categorias: Os recursos políticos (votos, direitos e privilégios) presentes da autoridade política. Os recursos dos setores diversos (econômico e cultural) que transferem a política.

O clientelismo como fenômeno político moderno está ligado a emergência das instituições liberais das sociedades do século XIX e também, a consolidação do sufrágio e com a penetração da máquina do estado na periferia.

A penetração da máquina do estado nas periferias e o desenvolvimento concomitante do sistema baseado no voto tornaram possível que as relações políticas patronus/cliente florescessem em larga escala. O poder de barganha do patrão é superior ao do cliente. Para Legg a relação patrão/cliente pode ser iniciada por qualquer uma das partes. A relação se torna política se o patrão da camada inferior tem motivos e aspirações que movem a busca de mais altos níveis; ou se o patronus da camada superior tem motivos e aspirações que os levam a buscar laços com as camadas inferiores.

As dificuldades levam os políticos do passado a se concentrarem no centro e a periferia fica a cargo dos líderes locais com os quais estabelecem vínculos pessoais. A administração pública tem mantido esse particularismo ao adotar políticas, com a distribuição privilegiada dos benefícios, através da rede clientelista vinculada pessoalmente aos altos escalões.

Para Legg, a burocratização da vida moderna aumentou as possibilidades do clientelismo, pois, a burocracia significa a oportunidade de exercer a discricionariedade e as pessoas afetadas pela lei e por decisões oficiais buscam influenciar essa aplicação específica. Mesmo que as normas organizacionais das instituições não incentivem o clientelismo, as normas informais estarão presentes e o favorecerão.

Um patronus que concede benefícios a seus clientes num certo contexto, pode vir a ser cliente de outra relação, num contexto diverso.

Graziano analisa sob duas metodologias. Dentre elas, a que chamo a atenção é a forma gradualista, pois assim a lógica seria, analisar o clientelismo como uma variável a se tornar mais específica a partir de cada sociedade analisada. baseado nesse ponto, ele começa a definir as diferenças entre o clientelismo “primitivo” e o “clientelismo de massa”, que se dá na relação interpessoal. Há a tendência de um maior anonimato quanto mais amplo o grupo, mas independente disso a relação “de dois” permanece. Logo, percebe-se que para ele, a estrutura do modelo é uma (a idéia da permuta), mas, há os diversos estágios de modernização das

sociedades, que permitem suas especificidades. Dentre as funções gerais das trocas sociais, está o estabelecimento de laços de amizade e assim, permitindo um aumento da coesão da sociedade, permitindo assim, a geração de confiança.

O sufrágio universal e o surgimento de políticos profissionais auxiliaram a formação da máquina política que permitem que o clientelismo se desenvolva no seu estado pleno. Esse líder, é considerado um “empresário capitalista” que analisa esse sistema de forma pragmática e racional.

O clientelismo estará presente na estrutura enquanto, não houver uma distribuição mais democrática dos recursos disponíveis e um sistema de acesso que resolva a questão da redução dos riscos de liberdade por maior segurança no acesso aos recursos sociais. A idéia de um “gargalo” de passagem dos recursos sob o controle dos patroni.

Lemarchand chama a atenção para como que a dinâmica eleitoral afeta a dinâmica das interações Patronus/cliente, pois, ao utilizar o voto como instrumento de negociação em busca de uma maior vantagem, e assim, permitindo a emergência das máquinas políticas.

Como para ele o clientelismo é considerado uma relação de caráter genérico e duradouro, essa relação não está prestes de ser excluída da sociedade nem com o desaparecimento e o estabelecimento das democracias com sistemas políticos e eficientes ou com o crescimento da consciência de classe entre os membros da sociedade.

Segundo Eisenstadt e Roniger entre diversas questões já discutidas ao longo do texto, uma chama a atenção. A tensão que perpassa na luta ao acesso direto aos meios de produção, aos maiores mercados e aos centros de poder. *A tensão se dá na luta pelo controle desses recursos.*

Bahia, ao dar início a conclusão do capítulo cita Hobbes e o conceito do estado Hobbesiano, no momento em que no medo da morte, é necessário buscar a paz, através da entrega racional da soberania ao Leviatã.

Podemos notar que o autor, consegue abordar uma perspectiva bem diferente das outras, pois, para ele, o clientelismo pode ser encontrado sobre diversas perspectivas, e notadas ao longo da história.

Clientelismo e Democracia:

Paulo d’Avila [6] realiza uma abordagem , que consegue complementar a perspectiva , ao associar ao debate da democracia.O seu texto trabalha inicialmente com a tentativa de analisar alguns aspectos da democracia frente a questão das trocas clientelísticas.

Dentre esses aspectos da democracia a serem analisados, podemos destacar, os instrumentos participativos na gestão pública local, os dispositivos da produção legislativa, dos conselhos comunitários e o arranjo do orçamento participativo em três municípios do Estado do Rio de Janeiro: Petrópolis, Mangaratiba e Niterói que serão o foco de análise do texto apresentado.

Desde a década de 80, se vem aprofundando o debate sobre, os controles democráticos, cidadania ativa, governancia entre outros pontos. A chamada crise da democracia representativa formal, os pontos de desdobramentos do tema, como as dificuldades de interação entre as demandas do poder público e seus recursos são pontos do debate contemporâneo.

Esse assunto, como analisado no texto é bastante amplo e difícil de ser delimitado, pois, as dificuldades de se compreender os verdadeiros interesses e assim, eles poderem ser representados sem a tutela do Estado, como se fosse possível realizar uma cidadania não regulada.

O foco do texto, não é apresentar e aprofundar esse debate, mas sim, diante das análises dos mecanismos participativos dos três municípios estudados, já sinalizados acima, tentar compreender desde então, quais são suas indagações e limites.

Gestão pública, democracia e clientelismo.

O tema da participação política é bastante complexo e está presente no debate atual. Quando pensamos sobre o tema, logo, nos remete as noções de Liberdade, igualdade, democracia e cidadania. As análises sobre, tradições liberais e republicanas. A questão do público e privado e o esforço de se criar “regras justas” para se realizar uma decisão democrática entre os atores envolvidos e nas estratégias de trocas assimétricas.

O ponto em questão, é analisar, não somente os aspectos da democracia, mas, sim, problematizar as questões em torno da qualidade da mesma. A administração pública e a gestão local entram em debate, pois agora, as escolhas da população (os indivíduos afetados com as decisões) necessitam desde então, opinar sobre a aplicação das questões públicas. Planejamento urbano X Políticas Públicas.

Esse espaço público, deve haver um diálogo entre os diversos atores interessados, permitindo que as demandas sejam atendidas e assim, evitando assim, que ocorram políticas predatórias na relação entre o poder público e interesses sociais.

O aumento das competições políticas, possibilita novos formatos e um maior poder de barganha por parte dos clientes e o poder de negociação se torna maior.

Essas trocas são realizadas desde muito tempo, mas o diferencial que o autor gostaria de chamar atenção é em relação a qualidade da democracia e seu impacto nessas relações. Quando falamos de democracia participativa e *democracia semidireta* e sua diferença em relação a apropriação privada de bens públicos é bastante nítida. *Esse é o ponto. Como que as trocas políticas assimétricas, aliadas a mecanismos de participação política marcam a dinâmica na política municipal em pleno século XXI?*

A dinâmica acerca do tema se torna bem mais complexa, quando passamos a analisar como que na prática, ocorre esse jogo entre lideranças populares e mandatários dentro da dinâmica política da Câmara. Mecanismos como o referendo e o plebiscito deveriam ser utilizados para auxiliar nesse processo de diálogo entre esses dois atores, mas, eles só são acionados quando “grandes questões” estão em pauta. Essas questões não são objetos das trocas políticas assimétrico-clientelista logo, talvez nem em âmbito local (onde, teoricamente deveria ser mais fácil) essas práticas são dificilmente aplicadas.

Os conselhos municipais também são uma forma de intermediação de interesses em âmbito local. Esses conselhos são órgãos de consulta, que funcionam como instrumentos de participação popular na formulação de políticas, contribuindo para a administração do município em setores determinados. Existem alguns tipos de conselhos que funcionam de acordo com os grupos de interesse, tem desde o poder executivo até os originários pelas leis do poder legislativo a partir de pressões e demandas da sociedade civil.

É de extrema importância perceber que malgrado seja realizado essa forma de participação social, não podemos descartar as trocas assimétricas. Ela só é uma alternativa ao clientelismo tradicional e a ampliação do exercício da cidadania.

O autor conclui o texto, enfatizando a necessidade de focar no tema da participação. Ao longo, ele procurou apresentar seus argumentos e tentando mostrar que se trata de uma disputa por clientela e moeda de troca política, nesse caso, é a própria participação popular. A necessidade de se haver os recursos de autoridade para se efetivar os mecanismos de participação, mostra de forma bem simples que o que se troca em política são recursos de autoridade, trocas de natureza assimétrica.

A ampliação dos mecanismos de participação e intermediação de interesses pode trazer ao debate, uma perspectiva mais democrática da vida pública e dos valores de um republicanismo cívico, permitindo assim, uma disputa cada vez mais acirrada e levando em consideração cada vez mais a existência de uma participação popular.

Conclusão

Por fim, termino esse relatório, de um trabalho bastante empírico para mostrar que o debate acerca do clientelismo possui algumas vertentes, como as já analisadas. É bastante importante notar e respeitar a prática e tentar compreendê-la, principalmente em relação ao mundo contemporâneo. O debate é bastante pertinente para qualquer um que busque compreender melhor os fenômenos políticos.

Logo, percebi a suma importância de se compreender esses conceitos, para poder estudar a câmara municipal do Rio de Janeiro, e suas mudanças e perspectivas, em uma abordagem mais completa e madura, pois assim, poderemos notar suas redes e contatos que envolvem os vereadores.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao CNPq pelo financiamento desse projeto, a PUC - Rio, ao FESP, por auxiliarem e financiarem os meus estudos universitários. Ao Departamento de Sociologia e Política pelo apoio e ao Orientador Paulo d'Avila pela orientação e dedicação na pesquisa. Obrigada a toda a minha família e amigos presentes nesse período de dedicação à pesquisa.

Referências

- 1 - CARVALHO, José Murilo. (1999), Mandonismo, coronelismo, clientelismo; uma discussão conceitual in **Pontos e Bordados: escritos de história e política**, Belo Horizonte ed. UFMG
- 2 - Leal, Victor Nunes, **Coronelismo, Enxada e Voto**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- 3 - NUNES, Edson. (1999), **A gramática política no Brasil**, Rio de Janeiro ed. Jorge Zahar.
- 4 - DINIZ, Eli (1982), **Voto e máquina política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro ed. Paz e Terra.
- 5 - BAHIA, Luiz Henrique Nunes. (2003), **O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política**. Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar.
- 6 - D'AVILA, Paulo et alli (2004). Acesso ao Poder. Clientelismo e Democracia: Desconstruindo uma dicotomia. IN: **Democracia e Novas Formas de Participação Política**, Revista Civitas, Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, Volume 4, n.2, Julho-Dezembro de 2004.